

SIM

É VÁLIDO O ENSINO A DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO Escolarização universitária a distância

Fábio da Purificação de Bastos

Andréa Tonini, José Luiz Padilha Damilano e Vera Lucia Marostega

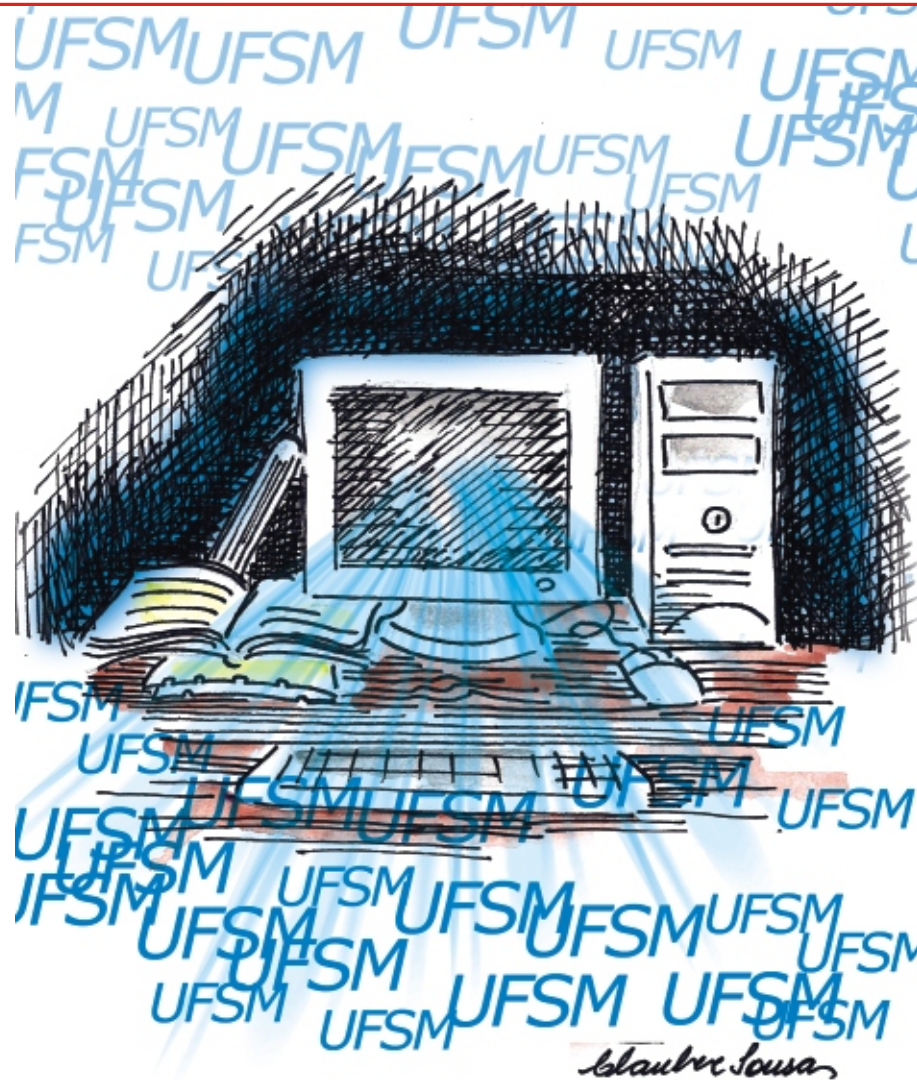
Departamento de Metodologia do Ensino, Centro de Educação (CE) da UFSM

Professores do departamento de Educação Especial do CE/UFSM

É válido não apenas emergencialmente, frente às condições deficitárias atuais da escolaridade básica brasileira, mas também na perspectiva de consolidação de um projeto universitário público-estatal de ação formativa-escolar em todo o território nacional. Não se trata apenas de incentivar o contato (interatividade) destes alunos (na sua grande maioria fora da idade escolar esperada) com as "máquinas do momento" (Computador Pessoal - PC - conectado na Internet), nem muito menos de minimizar a interação com seus colegas e professores, seja de forma presencial ou a distância. Ao contrário, essa é uma possibilidade viável-possível de fazer chegar aos mais excluídos sócio-educacionalmente o ensino universitário público-federal de qualidade.

No que diz respeito à qualidade destes cursos de graduação, lembramos que o ensino superior brasileiro é historicamente presencial (unimodal, pelo menos no seu aspecto legal). Diante disso, o nível de resistência é acima do esperado, pois a bimodalidade (ensinos presenciais e a distância acoplados) não apenas é novo no país e quase sempre foi o monopólio das instituições privadas de ensino. Com o intuito de problematizar a qualidade escolar-universitária no âmbito da bimodalidade, abordaremos este aspecto essencial do processo ensino-aprendizagem segundo os conceitos: mediações pedagógica e tecnológica e atuação escolar em rede. A seguir abordaremos cada um, indicando endereços na internet para leituras adicionais.

O ensino-aprendizagem universitário brasileiro sempre careceu de mediação pedagógica produzida pelos professores, ou seja, a grande maioria nunca produziu seus próprios materiais didáticos. Os cursos de áreas mais consolidadas mediam seu ensino-aprendizagem por obras didáticas, muitas vezes oriundas de outras realidades escolares. Infelizmente, ainda é prática comum nas unidades universitárias a reprodução ilegal de materiais impressos escolhidos pelos professores para sustentar epistemologicamente as aulas (majoritariamente não são didáticos, pois não foram produzidos para o espaço-tempo didático disciplinar). No atual mo-



“O que defendemos é a bimodalidade como possibilidade de garantir inclusão”

vimento de Educação a Distância (EaD) que estamos vivendo, orientado pelo atual governo federal, os professores universitários (denominados de conteúdos no âmbito deste projeto) têm produzido os materiais didáticos impressos, cujas fontes digitais e, portanto autoria, pertencem ao ministério da Educação, com o intuito de garantir-lhes em breve, por exemplo, características hipermediáticas no escopo das tecnologias de informação e comunicação (exemplar de material disponível em <http://openpower-amem.ce.ufsm.br/~fbastos>).

É no âmbito universitário que esta produção didática para EaD está sendo efetivada, por docente especialista da disciplina curricular, na qual poderá atuar ou não na docência. Além disso, nos

atuais cursos de graduação a distância garante-se distribuição gratuita para cada um dos alunos regularmente matriculados (as principais referências bibliográficas estão nas bibliotecas das cidades-pólo).

Em termos de tecnologia educacional temos vivido momentos de inovação na mediação tecnológica, em especial a livre, por permitir práticas de liberdade nos âmbitos da execução, estudo e adaptação, redistribuição e aperfeiçoamento. No campo dos ambientes virtuais de ensino-aprendizagem para internet, muitas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) têm desenvolvido ensino, pesquisa e extensão, participando de desenvolvimentos de softwares de fontes abertas em comunidade colaborativa (a UFSM tem participado deste

processo colaborativo através do Projeto AMEM, disponível em <http://amem.ce.ufsm.br>).

Para o ensino a distância na formação de professores do ensino básico, o Ministério da Educação tem sugerido (de forma alguma é imposto) a adoção do e-Proinfo (disponível em <http://www.e-proinfo.mec.gov.br/>) para interação telemática a distância de alunos, tutores locais, tutores universitários, professores universitários, coordenações de curso e reitoria (preferencialmente entre UFSM e salas de estudo dos pólos, e não a partir das residências dos alunos, tutores e professores, pois não induzimos a compra de PC para tal tarefa, embora o atual governo federal tenha criado o programa *PC para todos*). O software e-Proinfo disponibiliza suas fontes abertamente na internet para cópia, utilização para qualquer fim, adaptação e possível melhora e redistribuição. Isso é sem dúvida um diferencial educacional!

No que diz respeito à atuação das IFES em rede, isso garante o que chamamos por aqui no nosso Estado de "espraiamento" da UFSM. Com a criação e funcionamento de cidades-pólo na macrorregião sul do RS (Bagé, Livramento e Uruguaiana), por exemplo, nosso primeiro curso de graduação bimodal (sim, porque o curso presencial continua funcionando no campus universitário) de formação de professores do ensino básico, possibilita aos moradores destas localidades distantes e significativamente excluídas, não apenas sócio-educacionalmente, a inclusão como discentes universitários da UFSM via concurso público (vestibular), através do componente a distância da modalidade escolar (disponível para acesso em <http://www.e-proinfo.mec.gov.br/ListaInstituicao.php?frmEntidade=80132>).

No âmbito universitário privado, até mesmo na pós-graduação internacional isso já ocorre há décadas e nem por isso a desqualificamos. O que defendemos, não apenas para os cursos de formação de professores do ensino básico, é a bimodalidade escolar no sistema público superior de ensino como possibilidade de garantir a inclusão sócio-educacional, em especial na perspectiva da prática da liberdade.